

O MOC NA LINHA DO TEMPO



40 ANOS

POR UM SERTÃO JUSTO

O MOC NA LINHA DO TEMPO



**40 ANOS
POR UM SERTÃO JUSTO**

Feira de Santana, 2007



O MOC NA LINHA DO TEMPO

Mensagem do Presidente	04
Apresentação	05
Testemunho de Albertino Carneiro, Fundador do MOC	07
O MOC na Linha do Tempo	10
A Década de 1960	11
A Década de 1970	12
A Década de 1980	14
A Década de 1990	16
A Década Atual	19
Conclusão	24

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Completar quarenta anos, quatro décadas de existência é um marco na vida de qualquer pessoa. Todavia, quando se trata de pessoa jurídica e, principalmente, uma organização não-governamental, vale dizer sem fins econômicos e que persegue diuturnamente a construção de um mundo melhor onde a fraternidade, o respeito às diferenças, e à dignidade do ser humano, sem nenhuma distinção de credo, gênero, cor, idade, e com absoluto respeito ao meio ambiente, é um marco histórico. Tem sido assim a trajetória do MOC – Movimento de Organização Comunitária. Tropeços, acertos, desacertos, vitórias, têm permeado a sua existência. Reconhecido como de utilidade pública nos três níveis governamentais, nascido em Feira de Santana, graças à tenacidade, mas, sobretudo, à capacidade de aglutinação de Albertino Carneiro, é uma entidade conhecida nacional e internacionalmente, com vários prêmios que atestam a força de vontade em acertar de todos os que nele trabalham, colaboram, apóiam e, naturalmente, criticam fazendo-o repensar as suas atitudes.

O MOC orgulha-se de, ao longo do tempo, ser uma organização que incomoda. Ao lado da sociedade civil, ao lado dos mais fracos, ao lado dos perseguidos, ao lado dos excluídos, tem ajudado na busca de alternativas, sem jamais se apoderar das suas bandeiras de luta. O MOC não apadrinha, nem cria dependência. Está ao lado, discute, reflete, apóia, mas o compromisso é o da promoção e libertação. Foi assim nos momentos difíceis da ditadura e tem sido assim nos tempos atuais mantendo o seu posicionamento crítico.

Esse compromisso se mantém independentemente dos recursos que capta, através de convênios ou mesmo doações. Do contrário, não seria o MOC, pois o seu ideário foi e continua sendo construído no dia-a-dia.

A presente publicação comemorativa é fruto do trabalho de muitos. Reflete a colaboração, o suor, a preocupação de tantos quantos ao longo dessas décadas perderam o sono, as horas junto à família, e, em alguns momentos, até a paz para cumprir prazos, fazer relatórios, estudar soluções, honrar compromissos, produzir e harmonizar conflitos, sem esquecer que no dia seguinte a jornada continuava. Albertino Carneiro, Ildes Ferreira e Naidison Baptista, pela espinhosa função de Secretário Executivo, resgataram muito da história que os relatórios oficiais, pela formalidade que cumprem, não registraram. As comunidades atendidas deram um testemunho da atuação do MOC, entidade, aliás, que serviu de incubadora para as APAEBs – Associações de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Cooperativas de Crédito e de Habitação Popular, sem se falar no CEAPE – Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos, atuante no microcrédito.

Com agradecimentos a todos quantos contribuíram com a história do MOC, registro saudosa homenagem àqueles que já não mais estão em nosso plano terrestre e que muito se doaram construindo-o. Um agradecimento especial aos que continuam na luta e aos que anonimamente colaboram, os parceiros fraternos, os simpatizantes da causa, os funcionários, todos sem nenhuma exceção, sem os quais a existência não se completaria.

Clóvis Ramos Lima
Diretor Presidente

APRESENTAÇÃO

O MOC comemora 40 anos! 40 anos de luta; de teimosia e perseverança no serviço aos mais pobres; de colocar-se ao lado dos sem vez e sem voz para que esses, organizados, possam disputar um lugar na sociedade, resistir, tornar-se sujeitos, interferir nas políticas, mudar a sociedade para mais justiça e equidade.

Olhando retrospectivamente seus quarenta anos, o que o MOC poderia oferecer à comunidade, aos que o apoiaram, aos que o olharam com respeito e admiração, aos que nele enxergam uma esperança concreta de dias melhores ou mesmo aos que o detestam e gostariam que ele não existisse?

Uma possibilidade seria aquela de fazer uma síntese dos muitos resultados de sua ação na geração, na região e fora dela:

- As múltiplas organizações que incentivou/ajudou a criar e, hoje, estão atuantes na região;
- As rede e articulações a que pertence;
- As centenas/milhares de lideranças que formou (monitores, professores, sindicalistas, comunicadores, jovens, mulheres, crianças e adolescentes, etc.);
- Os prêmios nacionais e internacionais que têm reconhecido a excelência de sua atuação programática e gerencial/administrativa;
- As políticas que influenciou e que hoje, de certo modo, perpetuam sua atuação inovadora e questionadora;
- As milhares de crianças que ajudou a tirar do trabalho infantil explorador e a descobrir um caminho de estudo, da arte, da criatividade e de “Ser criança”;
- As centenas de associações incentivadas/criadas como instrumento de luta de seus associados, na busca da cidadania;
- Os milhares de agricultores/agricultoras que com suas propriedades assistidas de modo sistemático, podem produzir melhor e mais, em profundo respeito e cuidado com a natureza;
- As milhares de pessoas que, com as cisternas, hoje dispõem de água potável e de qualidade para seu consumo, livrando-se do clientelismo;
- As crianças que têm acesso a experiências de leitura lúdica e crítica e a uma escola que respeita sua realidade e constrói conhecimento para o desenvolvimento;
- As cooperativas de crédito que ajudou a criar e que hoje são instrumentos de desenvolvimento na região;
- As mulheres que, organizadas, disputam seu lugar específico ao sol, inclusive no campo da geração de renda;
- Os jovens que se encontram, se auto-descobrem, afirmam seu protagonismo e influenciam políticas de juventude.

A listagem das possíveis ofertas à comunidade seria longa; vários estudos e pesquisas poderiam ser feitos, porque 40 anos de vida são 40 anos e não se passam sem deixar marcas e sulcos profundos na história.

Ao invés, no entanto, da leitura de sua ação nesta perspectiva, esses e outros resultados, optamos por outra estrada. Procuramos o Professor João Francisco de Souza, companheiro de muitas jornadas, educador popular, com ele refletimos os caminhos a seguir e optamos por um tipo de sistematização de vida das pessoas, nas perspectivas da educação popular.

O que isso significa? Significa, antes de tudo, que nesse tipo de sistematização é fun-

damental **fazer** o chamado “público do MOC” falar. Falar não para dizer, por exemplo, em quantas reuniões participou, quantos créditos tomou, em quantas entidades participa, quantas cisternas existem em sua comunidade. Essas e outras informações estão em relatórios, avaliações, textos, livros, filmes, reportagens sobre o MOC. Elas são importantes e fundamentais.

O que procuramos, no entanto, foi outro tipo de palavra: que as pessoas falem daquilo que está dentro delas mesmas, na relação com o MOC; que valores o MOC lhes despertou. Falar, como diz João Francisco, de sua intimidade: valores, mudanças de vida, descobertas, orientações de vida.

Para proporcionar e sistematizar esse processo, após uma formação com João Francisco, reunimos inicialmente os funcionários. Cada um escreveu previamente sua história de sabores e dissabores com o MOC. Fomos lendo uma a uma e sistematizando.

Em seguida, fizemos vários encontros com agricultores/as, sindicalistas, jovens, idosos, homens, mulheres, educadores, distribuídos e atuantes nos vários programas do MOC. Nesses eventos cada um e cada uma escrevia ou contava, igualmente, sua história. Nós, técnicos, nos dedicávamos a ouvir com respeito, emoção e atenção o mundo de descobertas de cada um e cada uma no seu relacionamento com o MOC e ajudamos a sistematizar. A riqueza desses momentos foi certamente a melhor e mais profunda capacitação de que nós, técnicos (as), participamos em 2007.

A figura mágica que costurou todas as informações, curtindo-as a cada momento e, por assim dizer, reverenciando-as por se tratar da verdade de cada pessoa, foi o Professor José Jerônimo de Moraes, um de nossos diretores.

Sentimos também necessidade de resgatar os grandes traços metodológicos e estratégicos da vida do MOC, em uma espécie de linha do tempo. É um texto que discorre e reflete sobre o MOC desde suas origens até hoje. Nele se notam as razões da criação, as crescentes e duras aprendizagens, o crescimento e amadurecimento da instituição. Descobre-se que muitos dos frutos importantes de hoje foram plantados com cuidado e carinho no passado.

Essa linha do tempo foi costurada através de uma releitura atenciosa de todos os relatórios anuais e de alguns outros documentos institucionais, enriquecida pela memória reflexiva e crítica de Ildes Ferreira Oliveira e Antônio Albertino Carneiro, ajudados por Naidison Baptista.

Basicamente são os dois conteúdos, aquele da sistematização e este da linha do tempo, que o MOC quer colocar à disposição da comunidade por ocasião dos seus quarenta anos. E, por questões didáticas e pedagógicas, o fará em dois momentos e duas publicações. Inicialmente a história do tempo, acrescida de alguns testemunhos de pessoas que vivenciaram o MOC neste espaço de tempo. Em momentos e ocasiões posteriores a sistematização das descobertas e valores das pessoas na história de seu relacionamento com o MOC, também aqui com acréscimos de testemunhos.

Ao oferecê-los às comunidades, às organizações irmãs de luta por um mundo mais justo, aos que nos apoiaram e acreditaram em nosso trabalho, queremos apenas que eles sejam recebidos com respeito e acato, por ser a vida e a verdade das pessoas e da própria instituição, mas ... antes de tudo que sejam recebidos como um sinal de que um outro mundo, fundamentado na partilha, justiça, pequenas coisas, fraternidade, é possível.

A Equipe do MOC

TESTEMUNHO DE ALBERTINO GARNEIRO, FUNDADOR DO MOC

Pediram-me como se fosse um “depoimento de vida” sobre o MOC. Não me é muito fácil atender a esse pedido, por várias razões, mas sobretudo porque em minha memória, os primeiros anos do MOC se confundiam com os meus primeiros anos do sacerdócio e do meu compromisso de atuação junto às camadas pobres da população de Feira. Paróquia do Cruzeiro, início do MOC, período de repressão da ditadura militar, passaram por mim num emaranhado de sofrimento, luta e esperança. Difíceis de separar esses aspectos vividos junto à população mais pobre da cidade de Feira de Santana, representada nos bairros do Cruzeiro, Rua Nova, Baraúnas e outros.

Paróquia do Cruzeiro: quando D. Jackson resolveu dividir a anterior Paróquia de Santana, até então a única da cidade, em quatro: a de Santana, de Santo Antônio, do Senhor dos Passos e a do Cruzeiro, lembro de um diálogo bem franco com D. Jackson, que queria colocar a sede da Paróquia do Senhor do Bonfim na igreja dos Remédios e eu interferi: “Por que não separa esta Paróquia a partir do Riacho (canal) que é um divisor não só físico, mas humano?” D. Jackson ponderou: “Qual é o padre que quer ir para lá?”, só tem pobres ... “Eu mesmo vou”, respondi.

Para me experimentar, o Bispo me nomeou o primeiro pároco da Paróquia dos bairros pobres de: Cruzeiro, Rua Nova, Baraúnas e Galiléia. Isto foi em 1965.

Em 1967 fui indicado pela Diocese para iniciar algo novo, começar um trabalho comunitário com uma equipe técnica em convênio com a FASE (Federação de Assistência Social e Educacional) com sede no Rio de Janeiro.

Parti para estagiar na 1ª etapa de treinamento em Desenvolvimento Comunitário, precisamente na noite de São João em 1967. Estagiei sozinho um mês. Voltei a Feira de Santana para buscar reforço de um sociólogo: José Batista da Silva. Voltamos juntos ao estágio no Rio de Janeiro, em agosto. Em outubro, regressamos à Feira de Santana em companhia de representantes da FASE que vinham assinar o Convênio da FASE/Diocese de Feira de Santana, em outubro de 1967.

Início do Trabalho: Em 27 de outubro de 1967 iniciou-se em Feira de Santana uma experiência nova na região: uma equipe técnica encarregada pela Diocese de assessorar o trabalho comunitário da Igreja, com uma visão ecumênica, porque a fome, o subdesenvolvimento, não têm religião, precisam desta para serem superados ou pelo menos enfrentados. Isso era estranho nesta região, inclusive entre os católicos. Boa parte deles encarava ajuda aos pobres só como esmola, e esta não precisava de técnicos, “ganhando salários... Quem já viu isso?”.

A esse conservadorismo social e religioso, acrescia-se o momento de grande **repressão política**. O nome da Diocese ajudou a ser poupada de tal experiência, mas exigia da equipe recém-formada muito equilíbrio pedagógico para que a experiência não voltasse ao lugar comum da religião vivida até então por aqui. Nem se confundisse com aspectos especificamente político-partidários que dividiam a nação, naquele momento, entre perseguidos, procurados e perseguidores.

Foi uma experiência de amadurecimento para a equipe iniciante de um trabalho novo, num momento em que o “novo” era sempre visto com suspeita. Foram três anos quase de

experiência sofrida e pouco visível, acobertada somente por parte de alguns padres, quase todos estrangeiros, contando com o apoio também de alguns leigos, intrépidos participantes do Cursilho de Cristandade que aceitaram correr o risco de serem os primeiros diretores do MOC.

E a experiência começava a ser sentida e observada com olhos diferentes pelos encarregados da chamada “Segurança Nacional”.

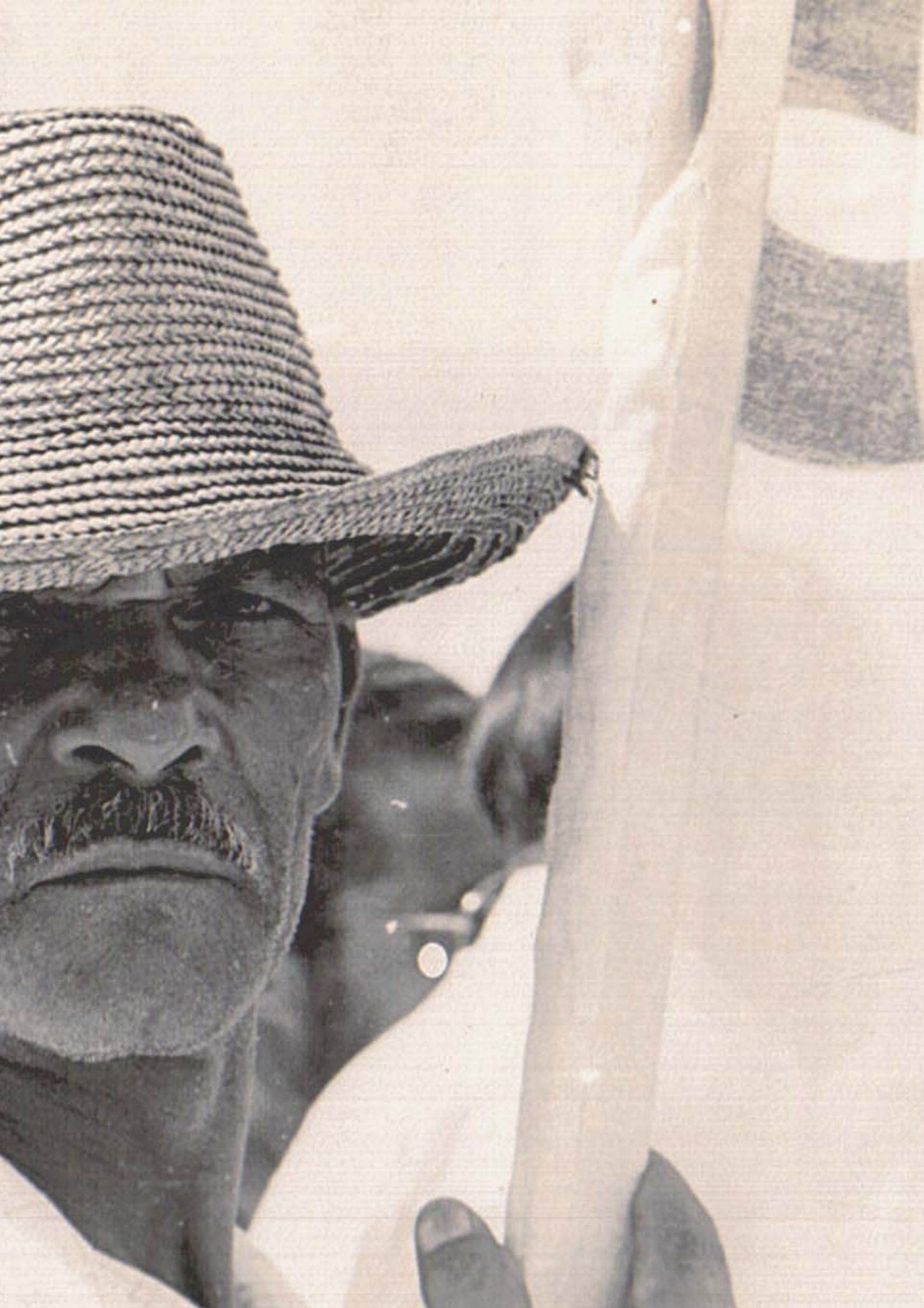
Em 31 de julho de 1970 a experiência tomou forma de entidade sem fins lucrativos, mas com vontade de que algo novo aparecesse como bem cantava na época um compositor brasileiro: “Apesar de você, amanhã há de ser outro dia”.¹

E assim nasceu o MOC. O compromisso com o pobre não era mais de uma pessoa somente ou de algumas, mas de uma instituição, de muitos parceiros, que continuam semeando esperança.

E essa experiência, esse compromisso, passou por muitas mãos, comprometeu muitas vidas, convocou muitos parceiros e continua até hoje, mudando de ênfase, mas com a mesma opção pelos pobres. São 37 anos de institucionalização e 40 anos de experiência. Vale a pena comemorar.

¹ Chico Buarque







O MOC NA LINHA DO TEMPO

A Década de 1960

Finais da década de 60: nasce o MOC – Movimento de Organização Comunitária². O desafio de provocar a transformação da realidade com e a partir de pessoas que não se percebiam como agentes da sociedade em que viviam, levou o então padre Antonio Albertino Carneiro a criar o MOC. Albertino servia na paróquia mais pobre do município de Feira de Santana, a de Senhor do Bonfim, onde se inseriam, entre outros, os bairros periféricos de Baraúnas e Rua Nova.

Apesar da visão “moderna” do seu idealizador, já pregando a organização comunitária e o ecumenismo, a visão confessional católica era bastante forte. Como padre, além das atividades paroquiais, Albertino exercia também função de destaque na Diocese, o que de certa forma impedia, para a comunidade externa, a compreensão de que o MOC era algo “fora” da Igreja. Essa visão era alimentada e reforçada por três outros fatores: o fato de o diretor do MOC ser, também, Coordenador da Pastoral Diocesana; o fato de buscar sua inserção nas comunidades sempre através das Paróquias; e ter, o MOC, assumido a tarefa de implantar o dízimo nas paróquias, cabendo-lhe, inclusive, a responsabilidade da cobrança das contribuições aos dizimistas, repassando-as às paróquias. Nesse contexto, a pequena “equipe do MOC” era vista por todos como a “equipe de Padre Albertino”; a instituição passava, de certo modo, a ser secundária, embora a equipe começasse a crescer, com estagiários nem sempre ligados à Igreja.

A entrada nas comunidades através da Igreja, embora não uma estratégia pensada e elaborada, trouxe

uma grande vantagem para a instituição que estava nascendo nas circunstâncias da ditadura: ganhou o espaço necessário para a apresentação da sua proposta através das bases e da capacidade de mobilização da igreja católica. Quando se propunha a fazer uma reunião ou outra atividade em determinado local, era certeza que a comunidade já estaria mobilizada. Apresentar-se, ao mesmo tempo, como da Igreja e Ecumênico, ajudou a expandir a mobilização e a defender-se contra a Lei de Segurança Nacional e a repressão dela advinda.

A proposta de trabalho, embora respaldada por teorias conservadoras³, de certo modo já contestada pela prática da equipe, era vista como *revolucionária*⁴ (ameaçadora à ordem vigente) pelo fato de envolver a população na discussão e resolução dos seus problemas imediatos e por ter a simpatia de pessoas que contestavam o regime militar, o que despertou a suspeita e desconfiança tanto dos órgãos de informação e de repressão do regime militar como de setores conservadores da sociedade. Na época, se vivia em pleno regime de exceção⁵, oriundo da Lei de Segurança Nacional, que além de retirar as liberdades individuais e sociais dos cidadãos, colocava todos sob suspeita de subversão. Toda a sociedade vivia apreensiva e com medo, o que foi agravado com a edição do AI-5 que, além de endurecer o regime, proibia qualquer tipo de reunião pública.⁶

Ressalta-se, neste contexto, que a parte do clero que apoiava a iniciativa MOC era mais oriunda de padres estrangeiros e que muitos foram perseguidos em base ao estatuto dos estrangeiros, também oriundo da Ditadura Militar.

Os dois anos e meio do final da década de 60 serviram, basicamente, para o MOC se estabelecer como entidade na comunidade e para a divulgação da sua proposta de trabalho. Dispunha de um espaço físico, de um grupo de católicos cristãos de classe média *convencidos* da importância do trabalho e de comunidades sensibilizadas nas periferias ur-



² Por ter nascido num período em que o regime militar se fortalecia, o surgimento do MOC trouxe muitas desconfianças. Muitos os viam como “Movimento de Organização Comunista”; outros como “Movimento Operário Comunista”.

³ Entre os principais teóricos que davam sustentação à proposta de trabalho estava Antonio Rubbo Muller. Ele dividia a realidade em 14 Sistemas Sociais (educação, saúde, habitação, lazer, segurança, trabalho, segurança etc.), norteando, também, todo o trabalho da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), do Rio de Janeiro, que apoiou a criação do MOC nos primeiros anos, com orientação técnica e recursos financeiros.

⁴ De certa forma, o projeto continha um forte tempero revolucionário na medida em que criava espaços de formação e de participação das pessoas.

⁵ O regime militar editou, até final da década de 60, 14 Atos Institucionais (os famosos AIs), entre eles o AI-5, editado em 13/12/68, que endurecia o regime, proibia todo tipo de reunião pública e o AI-14 que, entre outras mazelas, estabelecia a pena de morte nos casos “guerra externa, psicológica adversa, revolucionária ou subversiva”.

⁶ A Diocese de Feira de Santana, ao contrário de muitas outras, à época, assumia uma posição conservadora e de boa convivência com o regime militar o que, provavelmente, contribuiu para evitar intervenções diretas dos militares no trabalho que se iniciava. Isso não evitou, no entanto, que informalmente, o então secretário executivo, Pe. Antonio Albertino Carneiro, fosse chamado por mais de uma vez, pelos militares, para dar “explicações” sobre o trabalho.



banas. Havia um grande mérito a registrar: *iniciava-se um processo de envolvimento das pessoas na discussão dos seus problemas cotidianos, construindo-se assim as bases para uma nova etapa a iniciar-se na década seguinte.*

Essa foi, assim, a “marca registrada” dos três anos iniciais de trabalho: em plena ditadura militar inaugurou uma metodologia de ação que já envolvia, desde a formulação das propostas de trabalho, a participação das comunidades.

A Década de 1970

1970. A situação política não mudara. Antes se consolidava; prevaleciam o medo e a desconfiança das pessoas e até a prática da auto-censura. A cada dia notícias circulavam de boca em boca, entre aqueles que, de alguma forma, enfrentavam a ditadura – já que a imprensa, sob forte censura,

“O MOC para mim é uma escola. Minha primeira ‘aula’ foi em 1979 na comunidade de Malhador. Depois desse momento estive presente me diversas ações promovidas pela entidade, como por exemplo, cursos para pedreiros e corte e costura para mulheres. Para mim foi um grande aprendizado, a partir daquelas atividades eu pude entender que nós precisamos trabalhar de forma coletiva e não individualista. Tive através do MOC várias oportunidades de crescimento, destaco a criação da Cooperativa de Crédito no município da qual fiz parte. Projetos como Agentes de Família, Prosperar, Água e Cidadania, CAT, dentre outros projetos e programas que contribuíram para o desenvolvimento da nossa região”.

*Renivaldo Miranda
Sindicalista, Riachão do Jacuípe*

nada podia informar – “fulano caiu”; o que significava que alguém tinha sido preso.

O MOC insistia. A relação com a Diocese, embora boa do ponto de vista formal, começava a ficar difícil, porque não se identificava no trabalho do MOC a ligação explícita com o religioso. O clero, altamente conservador, pelas razões acima, com ou sem as bênçãos do Bispo Diocesano, começava a dificultar o trabalho; os padres estrangeiros foram expulsos ou isolados; o entusiasmo das paróquias já não era o mesmo de antes e a mobilização

diminuía. A equipe creditava esse fato à heterogeneidade ocupacional e cultural destas comunidades. Não se avaliava, à época, o possível “dedo” de setores da igreja que não viam com bons olhos a atuação do MOC e descarregavam muita desconfiança e ciúmes no Padre Albertino. À boca pequena, nos corredores, havia aqueles que o consideravam “comunista”.

Algumas ações características do MOC eram os cursos de corte e costura, atuação com vários cursos profissionalizantes, roças comunitárias, treinamentos agrícolas, casas de farinha e um incipiente Fundo Rotativo, que apoiava atividades variadas das comunidades. Mas, sobretudo, tendo como base estas e outras ações, a reflexão sobre a própria realidade e como modificá-la.

Neste contexto amplia-se o raio de ação para vários municípios e para a área rural, iniciando algumas experiências em Feira de Santana (comunidades de Matinha e Lagoa Grande), ajudando a criar, talvez, as primeiras associações comunitárias rurais. Nesta época e na área rural, se defronta com um conflito de terra na Fazenda Candéal, próxima da Matinha, que resultou no assassinato de um trabalhador rural, Joaquim dos Santos, em 1975. O confronto com a questão da terra e o ingresso na área rural vão mudar essencialmente as perspectivas da entidade.

O enfrentamento do problema da posse da terra na Fazenda Candéal levou a um relacionamento até então inexistente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, controlado por velhos “coronéis” (fazendeiros que utilizavam a entidade com fins políticos). Essa linha de ação, conflituosa, possibilitou todo um processo de avaliação sobre o papel de um sindicato de trabalhadores que não assumia a defesa dos seus associados e se colocava a serviço dos interesses dos fazendeiros. É assim que os trabalhadores rurais investiram na busca do controle da entidade, assumindo a sua direção. Neste processo de trabalho destaca-se também a atuação da pastoral rural, com papel importante na luta sindical. À época, a discriminação da mulher era ainda mais violenta: à mulher, embora trabalhadora rural, não era permitido o direito de filiar-se ao sindicato o que possibilitou, também, um conjunto de discussões e reflexões que resultaram, mais tarde, na criação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

As duas nomeadas comunidades rurais do Município de Feira de Santana responderam, rapidamente, à proposta de mobilização. Isso trouxe uma redefinição para o MOC



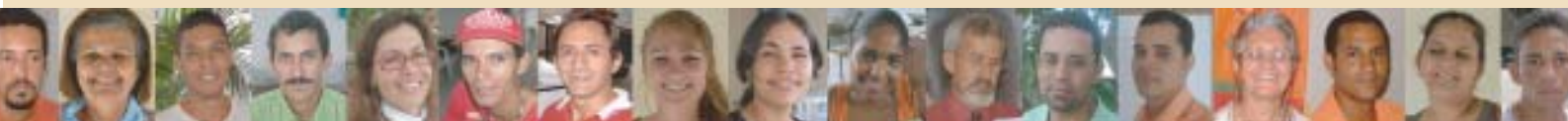


que passou a atuar, com mais ênfase, na zona rural. Além de Feira de Santana, nos Municípios de Anguera, Ichu, Amélia Rodrigues, Santa Bárbara e Serrinha. Nesses municípios, a discussão sobre o Sindicato de Trabalhadores Rurais era pauta obrigatória. Em Serrinha, onde havia um trabalho de evangelização da Pastoral Rural, a mobilização com vistas à conquista do sindicato foi rápida, enfrentando, entretanto, a reação dos “coronéis” que controlavam a entidade. Mas estava lançada a semente da oposição sindical que manteve-se firme por 12 anos até a conquista, por eleição, do controle da entidade.

Na segunda metade da década de 70 já se realizavam muitos encontros de troca de experiências entre as comunidades rurais dos vários Municípios. Foi um período muito rico de aprendizagem para a equipe do MOC. Nesse processo, entra em cena uma nova vertente: **a discussão dos problemas econômicos dos agricultores familiares**, especialmente, aqueles que se manifestavam no dia a dia: **a exploração no processo de comercialização dos produtos dos agricultores**. O sistema tributário era mais cruel que hoje. Os agricultores comercializavam seus produtos nas feiras-livres semanalmente. O fisco já os esperava, na entrada das cidades quando, além do imposto, cobravam a multa pelo transporte “ilegal” (sem documentação fiscal) dos pro-

duto, no valor correspondente a até 150% do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (o então ICMS). Não raras vezes os agricultores entregaram seus produtos ao fisco porque, se fossem pagar, acabariam gastando mais do que valiam aqueles bens. Desencadeou-se, assim, o **“Movimento do ICMS”**. O MOC apoiou e alimentou todo o processo, viabilizando os encontros de articulação e de reflexão. Surgiu a proposta de uma grande mobilização para reivindicar ao governo do Estado mudanças na legislação; em outubro de 1979 **realizou-se a primeira manifestação pública de agricultores pós 64** na região: mais de 400 pessoas dirigiram-se à Governadoria, em Salvador, para entrega de um documento reivindicatório ao então governador Antônio Carlos Magalhães. Meses depois foram publicadas portarias do governo estadual flexibilizando a cobrança do ICMS para os agricultores. Pela primeira vez se discutia uma questão econômica de abrangência regional, **suscitando a reflexão em torno da busca de alternativas para a problemática da comercialização**. Pensou-se uma cooperativa.

Era um contexto de confronto. Não se admitia, por exemplo, qualquer tipo de diálogo com setores governamentais – nem municipais – e com outras classes sociais que não as de trabalhadores. Como a legislação cooperativa





não permitia uma cooperativa “de classe”, essa opção foi descartada. Tornou-se famosa a frase de um agricultor na época: “juntar pinto e gavião no mesmo poleiro, já se sabe qual será o resultado”, referindo-se à possibilidade de pequenos e grandes agricultores participarem de uma única cooperativa. Deste modo, optou-se por uma associação civil, dado que estudos realizados garantiam a possibilidade de comercialização.

Simultaneamente, nas comunidades da periferia, que ainda continuavam com a assistência do MOC, prevaleciam lutas reivindicatórias e pequenas tentativas de geração de renda: padarias comunitárias, fábricas de vassouras e outras atividades.

A incorporação da dimensão econômica no processo de trabalho permitiu a “conscientização” dos agricultores a partir de questões concretas do dia-a-dia deles: a compreensão sobre a inflação que à época corroía as pequenas finanças, os juros que eram cobrados, as dificuldades de mercado. Esse trabalho vai crescendo e permite, mais tarde, a adoção de iniciativas mais abrangentes voltadas para a busca de soluções coletivas maiores: a fundação da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB) que tinha o propósito de assumir a comercialização dos produtos dos agricultores e de lhes fornecer os gêneros de primeira necessidade.

Em meados de 1970, já com razoável penetração nas comunidades rurais e refletindo melhor sua prática, o MOC se insere em outros caminhos. Nesse período, muitas experiências surgiam, Brasil afora, no campo da Educação Popular, quase sempre inspiradas nos estudos de Pau-

lo Freire. O MOC chama então o NOVA – Assessoria em Educação Popular, do Rio de Janeiro, para auxiliar nesse campo. Esse foi o marco que mudou completamente o projeto de trabalho: ao invés de atuar numa postura de “ensinar” às pessoas como agir e proceder, como antes, mesmo numa linha de ajudar a refletir e assumir seus problemas, ingressou-se numa trilha onde técnico e pessoas das comunidades aprendiam juntas e construíam conhecimentos. Era a compreensão de que o “saber técnico” e o “saber popular” poderiam resultar num novo produto, num conhecimento novo e de que as comunidades e seus integrantes podiam produzir conhecimento. Essa nova perspectiva pedagógica continuou sendo aprofundada nos anos seguintes.

As “marcas” da década de 70, assim, foram: a) a inserção do MOC no campo do sindicalismo rural, fomentando e apoiando os trabalhadores com vistas à conquista da direção das entidades sindicais e reprojetoando suas ações; b) a discussão da questão econômica dos agricultores familiares e dos moradores das periferias urbanas, com a tentativa de busca de alternativas; c) a mudança de trajetória do conjunto do trabalho, ingressando no campo da educação popular d) a descoberta pela equipe da questão da terra.

A Década de 1980

Na década de 1980 o trabalho das periferias urbanas vai esfriando e se incrementa aquele nas comunidades rurais. A articulação com vistas à fundação da APAEB contribui para isso: intensifica-se a presença nos Municípios de Feira de Santana, Serrinha, Anguera, Araci, Santa Bárbara, Ichu e Valente.



Do ponto de vista metodológico o processo de debates sobre educação popular, o protagonismo das pessoas e da dimensão comunitária, parece ter acentuado bastante o viés comunitário da caminhada, que passa a ser decisivo e marcante.

Metodologicamente, assim, decide-se fortemente pelo que poderíamos chamar de “comunitarismo”. Roças, hortas, criatórios, saúde, ... quase tudo. Esse viés interferia na vida da instituição e organização, com grandes repercussões nos processos gerenciais e administrativos da entidade.

Uma outra descoberta pedagógica e metodológica desta época é que o *generalismo* (um técnico que tratava de tudo e devia entender de todas as coisas e processos) não estava gerando processos, produtos, impactos. Era preciso, para a própria sobrevivência da instituição e para oferecer bons serviços às comunidades, encontrar outro caminho. Definem-se, então, melhor os programas de ação. Essa redefinição das ações, com programas e atividades voltadas para resultados concretos foi boa, mas gerou outras dificuldades: uma “setorização” das ações, com repercussões na integração das atividades e dos técnicos. Perseguir a síntese entre estas duas posturas foi e sempre tem sido a grande busca metodológica do MOC.

Outros aspectos ainda merecem destaque:

a) No mundo urbano continuam as despensas comunitárias, as lutas variadas, a datilografia, as experiências de melhoria habitacional;

b) No campo da saúde a medicina preventiva, filtros, o trabalho com as parteiras e começa a aparecer a dimensão da saúde como um direito das pessoas;

c) Aparece mais explicitamente o debate e prática da agricultura orgânica, expressa em várias práticas tipo cobertura morta, armazenamento, adubação e combate de pragas de forma natural, compostagem, as chamadas tecnologias apropriadas, energias renováveis tipo catavento e biodigestores, práticas estas que, embora ainda dispersas, podem bem ser olhadas como sinais da linha hoje assumida de **agroecologia**. No campo da agricultura se acentua ainda o uso de arados, fruteiras, criatórios de pequenos animais e outras atividades;

d) Consolida-se o Fundo Rotativo – um fundo para pequenos empréstimos – já que não havia créditos para os agricultores nem para os moradores das periferias urbanas. Aqui é identificada a raiz dos processos de crédito e da construção destas políticas, até chegar ao acesso ao crédito oficial que hoje marca a ação do MOC. Ressalte-se, no entanto, que na época não havia ainda debates e reflexões sobre o que mais tarde se passou a denominar de viabilidade técnica e econômica e ecológica da propriedade.

e) Em julho de 1980 nasce a Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB), com a marca do comunitário forte. As dúvidas e problemas no campo da

gestão, se especializada, se por agricultores, era constante. A APAEB trabalhava com postos de venda de produtos industrializados, armazenamento e revenda de produtos dos agricultores, quando estes apresentavam melhor preço no mercado, moinho de milho, casas de farinha e outras iniciativas de agregação de valor aos produtos.

Reflexões e estudos posteriores sobre a experiência das APAEBs mostram seus valores, especialmente aquele de

“Através do Projeto Prosperar, desenvolvido pelo MOC em parceria com algumas entidades, pude desenvolver minha consciência crítica, pois, são muitos os desafios a serem superados pelos jovens do campo. Sei que no campo, assim como em outros locais, existem as dificuldades, mas há também as perspectivas de dias melhores. Hoje entendo a minha região e sei quais são as suas limitações. Porém o que é importante para mim é saber que posso viver bem aqui e de forma digna sem precisar me descolar para os grandes centros urbanos. O casamento entre teoria e prática que o MOC trabalha, modificou a minha vida!”

*Pedro Maurício
Jovem Multiplicador de ATER, Serrinha*

agricultores que se organizam para conquistar o espaço de melhorar sua produção, armazenar e beneficiar seus produtos, ingressar no mercado. Mostram também que seu desenho inicial muito centralizado talvez não tenha sido o mais adequado e que as concepções gerenciais e administrativas com certeza não eram as melhores.

Olhando-se e identificando-se raízes, aqui se materializam os sonhos e buscas de beneficiar o produto dos agricultores, agregar valor, ter acesso ao mercado, gerando mais resultados para os agricultores e agricultoras.

O econômico ocupa sempre mais espaço na agenda do MOC e dos grupos, muito embora a relação entre o político e o gerencial administrativo não fosse muito clara e muitas vezes fossem avaliados como elementos antagônicos;

f) As mulheres, inicialmente organizadas em Clubes de Mães, que objetivavam melhorias habitacionais e fossas sépticas para suas residências, ampliam o leque de suas ações



para debater seus direitos e sua organização e ocupar espaços na sociedade;

g) O processo do sindicalismo ganha corpo e nele uma linha específica oriunda da problemática da barragem de Pedra do Cavalo, que à época expulsava agricultores e agricultoras, injustiçando pessoas. O MOC, ao lado de sindicatos e vários outros parceiros como o GAMBÁ, de Salvador, teve papel decisivo na determinação de indenizações mais justas, da construção das agrovilas, enfim do estabelecimento do mínimo de justiça. Grandes mobilizações, locais e estaduais marcaram as lutas nesta época;

h) A luta por inserir demandas e direitos na nova Constituição Federal que se elaborava, assim como na Constituição Estadual e nas Leis Orgânicas Municipais, torna-se frente de trabalho. Abre-se com isso uma linha estratégica que vai marcar profundamente a instituição para a frente, na busca sistemática de interferência em políticas públicas.

Finalmente cabe um remarque metodológico: aprofunda-se a reflexão sobre qual o papel do MOC e das comunidades, da interrelação do saber da comunidade e aquele técnico na construção, por ambos, de um novo saber. Explicita-se, além disso, a relação dialética entre fazer acontecer as ações e saber esperar o momento das comunidades.

A Década de 1990

A Constituição de 1988 encerra o ciclo da ditadura militar. A sede de participação da sociedade era grande. A utopia da liberdade e dos direitos sociais parecia começar a tornar-se realidade. O ensaio de participação popular na Constituinte marcou o MOC e seu trabalho: foram inúmeros abaixo assinados sobre propostas a serem inseridas na constituição federal e na constituinte estadual. Posteriormente, toda esta força desemboca nos Municípios, na ela-

boração das Leis Orgânicas Municipais que precisavam se adequar à nova constituição. O MOC participou desse movimento, na região, assessorando os movimentos populares, construindo todo um conhecimento sobre o poder público municipal, seu funcionamento, as possibilidades de interferência no mesmo, a necessária fiscalização, como se denominava então o controle social. Pode-se afirmar que boa parte da abertura política ainda hoje existente nas Leis Orgânicas Municipais, para a participação popular, foi conquista daquela época. Passo seguinte, o MOC passou a atuar na direção de instrumentar os movimentos sociais a interferir no poder público municipal através da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária (LO) nos Municípios e da participação nos Conselhos Municipais, querendo fazer valer o que se tinha conseguido consubstanciar nas leis orgânicas municipais. Sem abandonar seus programas anteriores de ação, a interferência junto ao poder público municipal se torna prioridade. Foram muitos os eventos – dias de estudo, seminários, treinamentos – com esse enfoque, tendo como destaque algumas estratégias:

a) Os Congressos de Cidadania realizados, sempre com mais de 300 participantes, da região e de fora dela e que serviram para aprofundar os conhecimentos e a troca de experiências. Era estratégia trazer a estes congressos pessoas mais experientes, tanto no campo teórico quanto naquele de experiências bem sucedidas;

b) A publicação de cartilhas populares com valiosos subsídios sobre a participação da população na gestão pública. Essas cartilhas, escritas de forma didática e simples, traziam informações sobre as estratégias de interferência na LDO, na LO, nos Conselhos Municipais e sobre a fiscalização das contas públicas;

c) A formação de lideranças para estarem à frente desta caminhada. Buscou-se formar até vereadores, estratégia por

vezes conflituosa, pois como eram poucos os vereadores confiáveis ao movimento popular, argumentava-se que o MOC gastava tempo capacitando os “inimigos”.

Resultado dessa estratégia foram os fóruns municipais de cidadania congregando vários segmentos locais, onde se planejavam e avaliavam as formas de interferência





no poder público local. Na região, talvez o que mais se destacou foi o de Valente que chegou a implantar um sistema informatizado com informações das finanças do município – o terminal de cidadania.

Essa investida com vistas à democratização da gestão municipal levou os Municípios, especialmente os prefeitos, a reagirem: de um lado, a tentativa de buscar qualquer informação sobre as finanças do Município era vista como um gesto de extrema insubordinação que não era aceita pelos prefeitos locais; por outro lado, os prefeitos investiram junto ao Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) que emitiu uma portaria dificultando o acesso às contas municipais.

Além do mais, havia, e ainda há, um outro grande problema: tanto a LDO como a LO são consideradas “leis autorizativas”; as conquistas dos movimentos sociais, com a introdução na LDO e no orçamento municipal de suas propostas, dificilmente eram efetivadas, o que se constituiu num forte desestímulo dos movimentos.

Nesta grande caminhada o MOC contou com a assessoria e a presença do batalhador e sonhador **Elenaldo Teixeira**, professor de Ciência Política da UFBA – Universidade Federal da Bahia e assessor de muitas entidades populares no campo das políticas públicas. A entidade ficou marcada como uma das pioneiras na busca da construção de políticas públicas. Essa passou a ser a cara do MOC. Há, para a entidade, a descoberta, efetiva, de que apenas os projetos não servem a muita coisa. Antes de mais nada, eles devem servir de referencial e modelo concreto para que as comunidades e as organizações possam aprender o quê e como propor, com que custo e com que resultados.

As reivindicações, nesta época, começam a deixar de ser uma lista interminável de intenções, para propor elementos, concretos e localizados, com beneficiários, custos e metodologias determinadas.

Contudo, outros elementos marcam também a década de 90, como a consolidação do MOC na zona rural, embora nesta década se tenha realizado interessantíssima experiência de segurança alimentar e geração de renda, na área urbana, a partir de financiamento da extinta LBA e orientação de D. Mauro Morelli. Centenas de famílias tiveram acesso a cestas básicas para garantir sua segurança alimentar, ao tempo em que contribuíam para a formação de um fundo solidário que lhes financiava projetos produtivos e de geração de renda. Essa é a época, também, dos chamados Empreendimentos Urbanos e, posteriormente, da parceria com a FENAPE (Federação Nacional dos Pequenos Empreendimentos), parceria que gerou o CEAPE (Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos), organização parceira atuante no crédito urbano em Feira de Santana e outras cidades da Bahia. Pouco a pouco, no entanto, vai o MOC deixando de atuar em áreas periféricas urbanas e passando a desenvolver um projeto claro para a agricultura fa-

miliar. O crédito e a assistência técnica eram os focos. Em relação ao crédito, partiu-se para a constituição de cooperativas de crédito que viriam a ser, mais tarde, um braço importante para a viabilização e a busca do crédito oficial; em relação à assistência técnica, ampliou-se a equipe de técnicos agrícolas e agrônomos, colocando-os à serviço dos agricultores familiares, sempre em parceria com as organizações

“Conheci o MOC em 1994, porém já fazia parte do Movimento através da Igreja Católica do Município e nesse mesmo ano fui eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Coité. Participei de diversas atividades promovidas pelo MOC, uma delas foi a capacitação de radialista, ministrada pelo Jornalista Marco Aurélio e Patrícia Portela do UNICEF. Me senti orgulhoso em fazer programas de rádio depois dessa atividade. O MOC me ensinou a respeitar as diferenças e como lidar com as pessoas. Foram as capacitações do PETI, recursos hídricos, novas lideranças que aprendi tudo que sei hoje e me tornei uma liderança no meu município. Costumo dizer que o MOC foi minha faculdade que me ensinou a teoria e a prática, levando em consideração sempre os direitos e deveres de cada cidadão”.

*Edvaldo Andrade Evangelista
Sindicalista, Conceição do Coité*

locais e buscando a viabilidade das propriedades dos agricultores familiares.

Uma contribuição importante neste âmbito foi a busca de alternativas para a convivência com o semi-árido, agrupando ao redor do processo de planejamento da propriedade as questões de estruturação da mesma, dos criatórios, do armazenamento de forragens, da conservação da caatinga, do armazenamento para o consumo humano através de métodos naturais, adubação, recuperação de solos, e a urgente e necessária captação de água da chuva, ainda muito centrada no consumo humano. Esse entendimento se torna um desenho da intervenção da instituição e a busca de crédito deixa de ser para coisas e processos isolados e se insere numa visão holística da caminhada.

1990 marca igualmente, de modo decisivo, a en-

trada do MOC no campo da educação do campo. Iniciado em 1987 o programa de Alfabetização de Jovens e Adultos vê seu desenho institucional se esvaír pela presença de várias ações governamentais que objetivavam os mesmos resultados. Gradativamente o Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos vai sendo substituído pelo CAT – Conhecer, Analisar e Transformar – processo que marca a entrada do MOC na qualificação dos professores das escolas públicas municipais, especialmente as rurais. Isso significava uma guinada filosófica e metodológica na atuação da instituição, pois o desenvolvimento desta ação supunha um trabalho em parceria com Prefeituras Municipais e a Universidade Estadual de Feira de Santana, na perspectiva de buscar cons-

expoentes dos movimentos sociais para a criação e utilização de meios de comunicação alternativos, resultando na criação de rádios comunitárias em toda região; b) a criação de uma equipe de comunicação com dupla função: apoiar e acompanhar as atividades de comunicação nas bases, com treinamentos de capacitação, assessoria, e acompanhamento, e a comunicação institucional procurando-se dar visibilidade às suas ações.

Finalmente há de se destacar a inserção forte e qualitativa do MOC no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Havia, desde a década anterior, um clamor dos movimentos organizados contra o trabalho infantil, especialmente na Região Sisaleira onde crianças eram submetidas ao trabalho explorador e de alto risco, prejudicando a vida, sacrificando a escola, tendo violado seu direito de ser criança. Depois de o problema tomar repercussão internacional, o governo federal decidiu iniciar uma ação para enfrentar o problema, tendo o MOC sido convidado para assumir uma parceria no processo de trabalho a partir de 1996. Esse trabalho gerou um conjunto de mobilizações e permitiu um ensaio muito positivo de convivência entre os setores organizados da sociedade civil e os poderes públicos municipais, estratégia não realizada sem conflitos. Vale ressaltar que para o MOC, seu ingresso neste programa, que “erradicava” o trabalho infantil não por medidas estruturantes, mas de assistência social, e que implicava em participar como parceiro junto com prefeituras, via de regra clientelistas e com o Governo do Estado, também via de regra nada simpático aos movimentos sociais, significou uma conversão a estilos e métodos diferentes de ação. Fundamental é o remarque de ter o MOC e o movimento social da região conseguido inserir-se neste processo, imprimir grande qualidade ao mesmo, preservando seus princípios e sua identidade. Foi-se descobrindo a possibilidade de dialogar, mantidas as identidades e princípios.

O PETI provocou muitas mudanças ao nível das lideranças do trabalho e do MOC. No primeiro caso, ensaiou-se uma gestão “revolucionária” de um programa governamental, com assento assegurado de segmentos organizados da sociedade civil no processo decisório. Tratou-se de um ensaio significativo de democratização de parte da administração estadual e municipal. Internamente, no MOC, gerou para os técnicos um aprendizado importante, despertou na equipe a situação da criança e do adolescente, “forçando” o MOC a incorporar no seu processo de trabalho uma linha específica com essa finalidade, o que mais tarde constituiu-se num novo programa de ação.

Ainda dentro do PETI vinha uma linha de educação com as ações da jornada ampliada, e uma necessidade de qualificação de educadores (Monitores) para desenvolverem ações com as crianças e adolescentes. Em seguida, dentro do PETI, com incentivo do UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância e inspirado no Centro Luís Freire, de

“Através do projeto CAT eu consegui desenvolver a minha fala, a leitura, consegui desenvolver as comunidades do meu município, que hoje têm uma outra cara. Nós fazemos reuniões com as comunidades e a população já fala e isso foi o CAT que proporcionou dentro do meu município. Tanto na minha vida pessoal, como na minha vida profissional. Antes eu era professora tradicional e hoje eu sou uma educadora. Agora o aluno tem que ler, escrever e interpretar”

*Conceição Carneiro
Educadora, Riachão do Jacuípe*

truir uma política pública de educação do campo, com interferência nas escolas municipais. O MOC se torna uma das entidades pioneiras no Brasil neste processo e sua experiência se encontra registrada em livros, documentos e é colocada como exemplo, hoje, no desenvolvimento territorial.

Ainda marcante é a consolidação do Movimento de Mulheres, assumindo processos de luta pela saúde entendida como direito, pela documentação das mulheres e outros fatores. Nasce o Programa de Gênero, passo importante na perspectiva de que a inequidade de relações entre homens e mulheres não é uma questão apenas das mulheres, mas de homens e mulheres em suas relações, embora se deva dar atenção especial ao empoderamento das mulheres, sempre excluídas. O programa assume a busca de dinamizar as relações de gênero em todos os programas do MOC e de assessorar o Movimento de Mulheres nas suas lutas específicas.

A década de 90 marca também a descoberta da comunicação. Após reconhecer-se o seu importante papel na formação da opinião pública, o MOC investe num pré-programa de comunicação, em duas linhas: a) capacitação de





Recife, o MOC construiu a proposta do projeto Baú de Leitura, para melhor qualificar a educação da região e garantir o direito as crianças e adolescentes a ter acesso à literatura.

Outro elemento importante desse período foi a incorporação do planejamento ao processo de trabalho. Era preciso planejar não apenas as atividades do ano - desde o seu início que o MOC fazia o PAT (Plano Anual de Trabalho), mas incorporar uma visão de mais longo prazo. Introduziu-se o planejamento estratégico contendo as ações de médios e longos prazos. Esse procedimento trouxe um conjunto de outros reflexos operacionais: obrigou a equipe a definir claramente os resultados buscados com o processo de trabalho, sistemática de monitoramento, indicadores de avaliação.

A Década Atual

Novo século. A entidade nascida no século XX passa e continua no século XXI. Quais suas marcas nesta nova década?

As aprendizagens variadas, ocorridas no decorrer de toda sua história fazem do MOC uma entidade mais madura, cada vez mais democrática, participativa, mais planejada, mais voltada para o processo de mobilização social, mas igualmente voltada para resultados concretos em sua ação. Isso exige mais clareza ainda no desenho de seus

programas e linhas de ação, aproveitando-se da imensa riqueza de sua história.

Sua atuação na área rural projeta um programa de apoio à viabilização da agricultura familiar no semi-árido, com uma visão ampla e mais ousada, centrada na convivência com o semi-árido. Em 1999, o MOC já havia contribuído para a criação da ASA – Articulação no Semi-árido Brasileiro – como culminância de todo um processo de lutas de todo o Nordeste por um semi-árido viável e digno. Os eixos do programa de viabilização da agricultura familiar foram: enraizar um sistema de crédito rural, tanto por fundos solidários e recursos próprios, como pela busca do acesso aos recursos públicos e para isso fortalecer as cooperativas de crédito; intensificar a assistência técnica, assegurando-lhe uma linha holística e agroecológica. Esse conjunto de ações desemboca no que hoje denominamos de convivência com o semi-árido, em base a processos agroecológicos. Ao lado disso, dois elementos fundamentais: de um lado a busca de políticas de recursos hídricos, que mais tarde vai gerar o **Programa de Água e Segurança Alimentar** – PASA e a ênfase em processar e comercializar a produção dos agricultores familiares, que vai gerar o sub-programa de agroindústria e comercialização, em dimensões de economia solidária.

No campo das políticas públicas se consolida o **Programa de Políticas Públicas**, nova concepção e metodologia





para o anteriormente denominado Programa de Movimentos Sociais. No novo Programa se inserem as ações de: Fortalecimento da sociedade civil para sua interferência nas políticas públicas; Capacitação das organizações para auto-gestão e autonomia, visando a interferência nas políticas públicas; Capacitação dos Conselhos de Gestão, para a construção de políticas públicas em moldes participativos; e Controle Social do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Além disso, este programa gera e abriga um trabalho com os Jovens, na linha da auto-organização e representação e busca de elaboração de políticas de juventude, na construção do território.

Nasce e se firma o **Programa de Comunicação**, que hoje faz a assessoria de comunicação da instituição, acompanha grupos e empreendimentos de comunicação na região, visibiliza as ações do MOC e dos parceiros na região semi-árida para a comunidade de Feira, no Estado e no País e qualifica as organizações da sociedade para processos participativos e democráticos de comunicação.

Oriundo do PETI e de todo um trabalho na busca da afirmação dos direitos da criança e adolescente, nasce e atua o **Programa Criança e Adolescente**, com ousada missão de fazer enraizar-se e alargar-se na região a cultura dos direitos das crianças e adolescentes: direito à escola, à vida, à distração, ao respeito na família e à cidadania. Poder-se-ia afirmar ser esta ação uma das grandes heranças de uma década de trabalho no PETI.

A **Educação do Campo**, na sua tríplice forma de Jornada Ampliada, CAT e Baú de Leitura, busca materializar-se como uma política de educação integral. Política que para afirmar-se necessita do concurso do poder público e da sociedade civil. Ainda sob a influência do PETI, através das ações da Jornada ampliada e Baú de Leitura, torna-se uma referência regional, especialmente da Região Sisaleira da Bahia. A experiência cresce, é assumida pelo Conselho de Desenvolvimento Regional Sustentável – CODES em seus planos, aparecem mais municípios que a buscam, a sociedade civil quer colaborar em sua construção. O desafio é torná-la cada vez mais uma política pública de educação e cada vez menos um projeto.

O **Programa de Gênero** incorpora, por solicitação das mulheres, duas questões por elas consideradas básicas: a inserção das mulheres nas cooperativas de crédito, não apenas como sócias e beneficiárias de seus serviços, mas como diretoras e definidoras dos seus destinos; além disso, um incremento concreto ao desejo dos grupos de mulheres de gerar renda para si próprias. Hoje são dezenas de grupos organizados, formando a Rede de Produtoras da Bahia, produzindo e comercializando.

Ao longo da sua história o MOC formou um razoável “capital social”, uma massa crítica nas organizações sociais da região, capaz de interagir com os demais atores locais e regionais na luta pela mudança da realidade. Toda experiência anterior qualificou o MOC para o campo das políticas



públicas. O natural amadurecimento na caminhada levou a equipe ao entendimento de que a construção de um processo de desenvolvimento sustentável passa, necessariamente, pela implementação de políticas públicas setoriais e globais, e a implementação dessas políticas passa pela parceria entre sociedade civil organizada e governo. Muitas foram as iniciativas nesse sentido: lideranças capacitadas para esse campo de atividade; políticas formuladas e negociadas pelos representantes da sociedade civil organizada; tentativas de controle social das políticas públicas.

A principal marca, possivelmente, é a prática dos territórios. O MOC, pela sua prática diuturna, foi um dos idealizadores nacionais desta política.

Efetivamente, o MOC sempre se caracterizou por ser uma organização atuante em várias frentes: sindicalismo, educação rural, captação de água, comercialização, assistência técnica, políticas públicas, gênero, organização social e outras frentes. Sua ação, por conseguinte, se presta a que, sendo refletida e aprofundada, aponte elementos substanciais para a construção do desenvolvimento sustentável. Ao lado disso, a longa experiência de construção de políticas de educação, no relacionamento com o poder público, e sua trajetória no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, agregam a experiência de que políticas não se constroem sem o concurso de sociedade civil e Estado.

Estas experiências desembocam na experiência de território, onde organizações da sociedade civil e municípios se congregam para construção do desenvolvimento, nas suas mais variadas, com múltiplos atores e facetas e com a marca da sustentabilidade econômica, social, ecológica.

A experiência do MOC e das organizações sociais do Sisal e Jacuípe se apresenta, hoje, como pioneira neste campo e suas raízes estão na história que se acabou de documentar.

Último remarque, não apenas da década atual, mas

“O MOC tem contribuído muito para a vida das pessoas e para a Região. Em relação a mim, a entidade me ajudou demais, sobretudo nas minhas escolhas profissional e pessoal. Foi o MOC que me ajudou a definir muito do que sou hoje, ele me deu a linha para descobrir o que gostaria de seguir e hoje sou uma comunicadora por conta da experiência vivida no Projeto Jovens Comunicadores. Destaco também o sentimento de pertencimento e valorização da minha região e sobre tudo das pessoas que me cercam”.

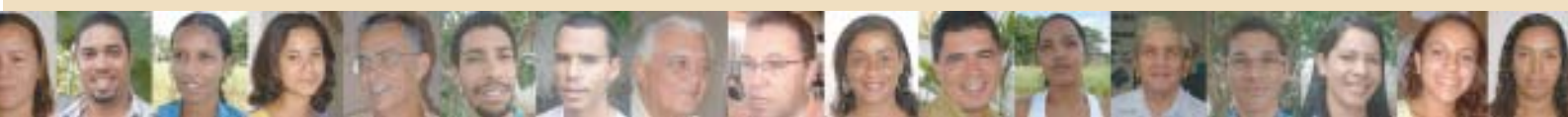
Aline de Oliveira Araújo
Comunicadora, Valente

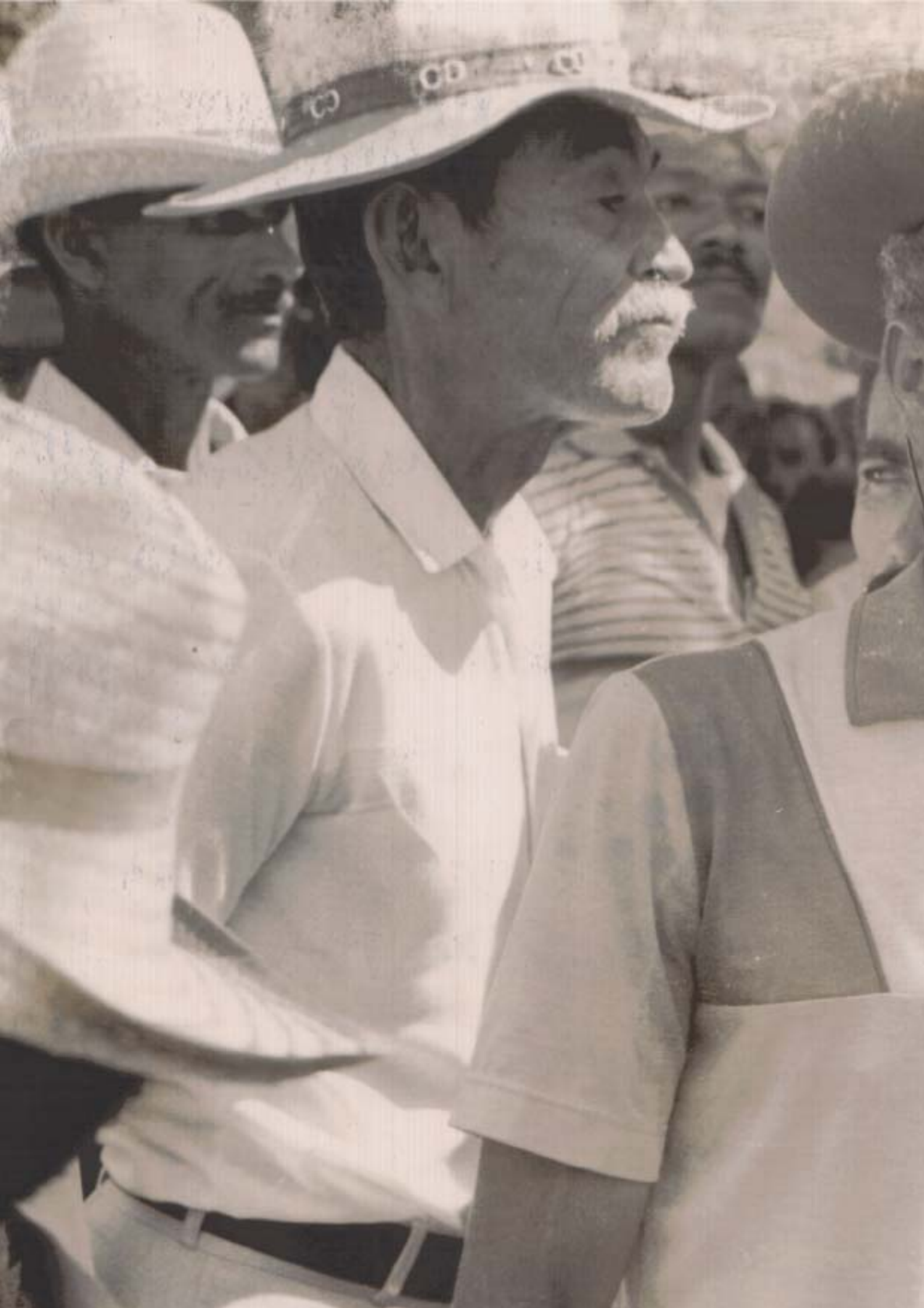
de toda a história, é que o MOC nunca atuou sozinho. Marca de sua caminhada é a construção conjunta com as organizações da sociedade civil. Deste modo, é mister aqui se homenagear as inúmeras associações, especialmente as APAEBs, as cooperativas de crédito, os sindicatos de trabalhadores rurais, o Movimento de Mulheres, as organizações de jovens, especialmente seus coletivos, as redes, e especialmente o incansável e criativo conjunto de lideranças que atuam na região.

Esta é a leitura do MOC que foi possível realizar. Muitos e muitos outros aspectos, com certeza, ficaram de fora. Pessoas e mais pessoas deveriam ter sido citadas, assim como muitíssimas organizações. Optou-se por citar três: **Albertino Carneiro**, seu idealizador e fundador; **Elenaldo Teixeira** (in memoriam), o professor e companheiro que nos ensinou a importância, os passos e as estratégias das políticas públicas, ajudando-nos a dar ao MOC a cara de busca incessante de construção e controle social de políticas; **Conceição Portela**, a mulher dos comitês de cidadania, nossa diretora por várias gestões, a idealizadora do “Sertão Voluntário”, ONG ligada ao MOC e de prestação de serviços voluntários aos grupos mais pobres e desprovidos; a figura serena da gestão segura, objetiva, transparente e participativa, cuja presença é sentida ainda hoje no muito que aprendemos e crescemos com ela.

A dinâmica da vida leva o MOC, hoje, a se lançar interrogações. Por onde continuar sua caminhada? Por onde captar os recursos de que necessita para continuar seus serviços? Como se dará sua relação com o Estado? Onde inserir-se mais e em que redes atuar com mais energia? O que já é dispensável nos serviços que presta? Que grupos, assumindo mais claramente seu processo autônomo, poderiam dispensar sua presença?

Essas e outras interrogações são sinais evidentes da vida que palpita na instituição.







CONCLUSÃO

Acabamos de caminhar com o MOC e aqueles que, no decorrer da história, o fizeram acontecer. São muitas as pessoas e organizações que contribuíram para o MOC, quer o idealizando e fundando, quer apoiando sua ação quer integrando seu corpo técnico e administrativo, quer sendo os efetivos protagonistas de sua história, ao integrar as comunidades, grupos, organizações as mais variadas, quer a ele se opondo, por discordar de sua proposta de vida e de sociedade.

Nós da equipe técnica e administrativa do MOC, herdeiros desta história bonita e significativa, nos sentimos, agora, no direito e obrigação de socializar algumas reflexões. Não fazê-lo seria omissão.

Em primeiro lugar, queremos socializar como, hoje, o MOC se organiza em termos de ação programática. Estrategicamente, nos voltamos a uma concepção básica de ação: queremos continuar a trabalhar nossos programas e nossos projetos. Não abrimos mão disso. Contudo, entendemos que os projetos devem, essencialmente, servir de escola para que os grupos e organizações descubram e tracem estratégias para intervir nas políticas públicas. O projeto pelo projeto, de nada adianta. Deste modo, importante se torna reforçar as organizações da sociedade civil, para que com identidade e projetos políticos definidos, possam:

- Se articular com outras organizações que, a nível do Estado e da nação, objetivam as mesmas conquistas e compartilham da mesma visão de sociedade;
- Interferir nas políticas, negociando, propondo, executando e se confrontando, quando necessário, com os poderes estabelecidos

É essa linha estratégica de ação que, avaliamos, vai construindo, pouco a pouco, a transformação da sociedade.

Nossos programas, atualmente, são os seguintes:

Fortalecimento da Agricultura Familiar no Semi-árido: estratégia de ação voltada para construir, com os agricultores, agricultoras e suas organizações processos que implementem na região:

- Uma assistência técnica baseada na agroecologia;
- O acesso ao crédito tanto via fundos solidários e estratégias comunitárias diretamente controladas pelas comunidades, quanto o acesso ao crédito oficial, via negociações com os bancos e a atuação das cooperativas de crédito;
- Agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, pelo seu beneficiamento via grupos e cooperativas de produção;
- Acesso dos agricultores e agricultoras, via suas organizações, ao mercado, preferencialmente o da economia solidária e aquele institucional.

Água e Segurança Alimentar: estratégia de ação voltada a disseminar concepções, processos e técnicas de captação de água da chuva para consumo humano e produção, assim como perspectivas outras de garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias sediadas no semi-árido: cisternas, cisternas calçadão, barragens subterrâneas, quintais produtivos e questões afins.

Educação do Campo: estratégia de ação voltada para a construção de uma política de educação do campo, onde se respeitem os valores dos sujeitos do campo e, se necessário questionem, com eles se gerem conhecimentos para a transformação da realidade. Parceiros são universidades, municípios e os movimentos sociais. Objetiva-se programar processos de educação onde aconteçam não apenas a transmissão do conhecimento já produzido, mas a escola possa ser instrumento de produção de conhecimento, de leitura contextualizada e de outras atividades que a coloquem no inter-relacionamento com a comunidade, como propulsora do desenvolvimento e canal de desenvolvimento integral da personalidade das pessoas/crianças.

Gênero: estratégia de ação através da qual se impulsionam três perspectivas: Apoio à organização das mulheres trabalhadoras rurais para que possam ocupar espaços na sociedade e interferir em políticas públicas afirmativas para



mulheres; Inserção da dimensão de gênero nos programas do MOC e nas ações dos seus parceiros; Geração de renda para mulheres, através da formação de grupos específicos de produção e presença e proposição, a vários níveis, de políticas de geração de renda para mulheres.

Políticas Públicas: estratégia de ação voltada para a consolidação das organizações populares para que possam definir melhor seus planos estratégicos e seus projetos políticos e se fortalecer para interferir em políticas públicas, com ênfase em proposição e controle social das mesmas.

Este programa de ação atua por várias frentes: o fortalecimento das organizações populares, mas especialmente o processo de fortalecimento dos Conselhos de Gestão como instrumento de participação na construção e controle nas políticas públicas e o trabalho com os jovens, numa perspectiva de auto-organização e empoderamento dos mesmos, para que ocupem espaços sociais e políticos e construam políticas de juventude.

Crianças e Adolescentes: Estratégia de ação voltada para afirmar os direitos das crianças e adolescentes na cultura e na pauta das organizações sociais e políticas da região, para que as crianças tenham cada vez mais seus direitos efetivamente respeitados.

“Atuar no Projeto Agentes de Família foi muito gratificante. Marca registrada na minha vida tanto pelas conquistas pessoais como as profissionais. Foi através do MOC que me tornei referência no meu município e até mesmo dentro da minha própria casa. Hoje os meus pais recorrem a mim no momento de alguma decisão importante a ser tomada. Tenho o MOC como um anjo que surgiu na minha vida que não veio me dar o peixe, mas me ensinou como pescar, através da sua metodologia de trabalho que valoriza as pessoas”.

*Elineide de Oliveira Nascimento
Presidente do Conselho Tutelar, Santa Luz*



Comunicação: estratégia de ação que objetiva, de um lado, dar visibilidade às propostas e experiências de desenvolvimento sustentável do semi-árido, ações do MOC e das organizações sociais da região, como instrumento de políticas públicas e marketing social, assim como incentivar a criação e dinamização de organizações que atuem, na região, olhando a comunicação como instrumento de educação e a serviço dos mais pobres.

Articulando todas estas estratégias, há aquela do **Desenvolvimento Territorial**, onde estas ações se articulam entre si e com outras de múltiplas organizações atuantes no território, na busca de implementação de políticas de desenvolvimento sustentável.

Culminando todos estes processos e tendo os mesmos como elemento motivador e alimentador, o MOC participa de vários espaços estaduais e federais, tanto da sociedade civil quanto de órgãos colegiados onde se debate, articula, debate, controla, propõe políticas públicas.

Em segundo lugar, se hoje temos este desenho e configuração, uma maior clareza da estratégia de ação e dos próprios rumos, isso não apareceu de uma hora para outra. Esse é o resultado de uma grande e processual construção, onde a aprendizagem do dia-a-dia quer dos acertos quer dos erros, nunca foram desprezadas e sim incorporadas, passo a passo, chegando ao grande edifício que hoje caracteriza o MOC. Foram necessárias variadas leituras de contexto e de realidade, redefinição de estratégias, avaliações, mas nunca a negação dos objetivos e das raízes. Avaliamos, por isso, de bom alvitre lembrar algumas destas raízes:

O MOC sempre foi fiel à busca de fazer com que as pessoas se organizem, identifiquem seus problemas, se vejam e sintam capazes de solucioná-los e sejam protagonistas na construção de sua história;

O MOC sempre se preocupou com o lado econômico das pessoas e grupos, avaliando que a pura reflexão dos problemas pouco contribuiria com a mudança da realidade;

era necessário criar alternativas através das quais as pessoas e grupos pudessem viver melhor. O modo como isso se concretiza é que foi evoluindo, deixando de lado algumas estratégias e incorporando outras; por isso é que o crédito, a melhoria da produção, a comercialização, o beneficiamento da produção, a viabilização da agricultura familiar sempre estiveram entre as preocupações e ações centrais do MOC.

A convivência com o semi-árido quer sob o nome de combate à seca, quer sob outras denominações, sempre perpassou a vida da Instituição;

A dimensão agroecológica vai se mostrar presente e num constante crescente, talvez não no modo sistemático como hoje se apresenta, mas através de um variado e significativo complexo de ações que entre si guardavam uma coerência muito grande: armazenamento natural, adubação natural e sem uso de produtos químicos, cobertura morta, plantio grande de fruteiras, tecnologias adaptadas, conservação da terra, ações contra as queimadas e outras.

A opção por trabalhar tendo como parceiros significativos os sindicatos de trabalhadores rurais, as associações comunitárias, os movimentos sociais que, gradativamente, se tornaram os aliados chaves do MOC. Pouco a pouco nada do que se planejava, fazia e/ou se pretendia fazer na região, pelo MOC, acontecia sem que esses aliados participassem e co-decidissem.

A dimensão de gênero, a organização das mulheres e a busca por políticas afirmativas para as mulheres sempre foram temas marcantes, não na profundidade e visão estratégica hoje construída, mas como a necessidade sentida que vai impulsionando novas medidas e que tornaram o MOC protagonista nesta linha.

Educação contextualizada. Desde a alfabetização das lideranças, passando pela opção de uma escola que respeita a realidade rural e produz conhecimento para sua modificação, pelas jornadas ampliadas, pelos Baús de Leitura até a estratégia de uma educação integral e contextualizada, construída pelo poder público e sociedade civil organizada.

A Comunicação que se descobriu como instrumento de desenvolvimento e de serviço aos mais pobres e suas orga-



“O MOC nasceu 20 anos na minha frente e eu não tenho contribuído para a história do MOC mais do que o MOC tem contribuído na minha vida. Eu amadureci e cresci muito nos anos em que venho participando dos programas do MOC. A minha auto-estima, a minha valorização como mulher, como rural, a minha convicção política social, essa é a grande alavancada que o MOC deu para a gente estar se formando e evoluindo”.

- *Andréa Santos*

Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Santa Luz



nizações e da democratização da sociedade.

Os direitos das crianças e adolescentes quer evitando que estejam no trabalho infantil explorador, prejudicando a vida de criança, quer buscando que as organizações, os entes públicos e a região, encarem as crianças como sujeitos de direitos, concretamente, hoje, e não como simples cidadãos do futuro.

Seriam muitas as raízes a relembrar, vendo nelas os frutos hoje mais maduros. Seriam muitos os frutos hoje presentes e nos quais constatamos as raízes presentes.

Apraz-nos, no entanto, ressaltar mais dois princípios que emergem de toda a história do MOC: seu respeito às pessoas, sua crença de que elas são capazes de produzir conhecimento e de modificar a realidade em que vivem, desde que organizadas, agindo estrategicamente e interferindo em políticas. Sua busca constante de não se colocar como protagonista da história, mas sim como uma organização a serviço das comunidades e organizações dos trabalhadores. E a descoberta de que apenas as organizações sociais não modificam a realidade, porque as definições últimas das políticas

estão em nível de poder público; do mesmo modo, o poder público, sozinho, não constrói processos democráticos e participativos de transformação da realidade. Por isso, a necessidade de que, numa perspectiva de respeito, sem cooptações, guardadas e protegidas as identidades de sociedade civil e de poder público, se estabeleça o necessário diálogo e negociações. Por parte da sociedade civil isso pode significar cooperação, execução, controle de políticas, manifestações públicas, opor-se às proposições do poder público, se necessário. Diálogo não significa apenas concordância.

Essa é nossa cara. Esse é o papel que estamos desempenhando. Esta é a contribuição que damos à construção do mundo mais justo, solidário, igualitário em que continuamos a acreditar. Nossa história, com as grandes modificações que já ajudamos a realizar em nossa região, mostra que nosso sonho e a sociedade que queremos é possível.

Queremos continuar a construí-lo. E nosso papel preponderante é apoiar, instigar, questionar, ajudar. Os agricultores e as agricultoras, os grupos, as organizações é que são os protagonistas.



Ficha técnica:

Edição e Revisão: Klaus Minhuber, Lorena Amorim e Nayara Cunha **Textos:** Albertino Carneiro, Clóvis Lima e Naidison Baptista **Contribuição:** Ildes Ferreira e Daiane Almeida **Projeto gráfico e design:** Karime Salomão **Fotos:** Arquivo MOC **Impressão e acabamento:** Gráfica JB, João Pessoa - PB **Tiragem:** 2.000 exemplares



www.moc.org.br

MOC - Movimento de Organização Comunitária
Rua Pontal, 61 Cruzeiro, Feira de Santana - Bahia,
CEP 44.017-170 - tel: (75) 3322.4444 fax: (75) 3322-4401
moc@moc.org.br

